



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS**

---

**DISPENSA ELETRÔNICA**  
**Nº. 001/2026/DISPENSA/SLC/PMB**

***PREFEITURA MUNICIPAL***  
***DE***  
***BURITIS-RO***

**AVISO**

Recomendamos aos participantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste aviso e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.

**Dúvidas: (69) 9.9991-2637**  
**Email: [cpl@buritis.ro.gov.br](mailto:cpl@buritis.ro.gov.br)**





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA  
Nº 001/2026/SLC/PMB  
PROCESSO ADM. N.º 3464/SEMECE/2025

**1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**1.1. PREÂMBULO:**

A Prefeitura do Município de Buritis-RO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº. 01.266.058/0001-44 com sede à Rua São Lucas, nº. 2476, Setor 06, Buritis-RO, torna público que realizará **DISPENSA ELETRÔNICA**, com critérios de julgamento tipo **MENOR PREÇO**, critério de julgamento **POR ITEM**, tendo por finalidade a **Aquisição De Chocolate Em Pó 50% Cacau. Destinadas Para Atender O Programa De Alimentação Escolar**. Em conformidade com o Art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 13.509/2023 e demais legislações aplicáveis, em conformidade com a autorização contida no Processo.

**1.1.1.** A sessão inaugural desta DISPENSA dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

<b>LOCAL:</b>	<a href="https://licitanet.com.br">https://licitanet.com.br</a>
<b>DATA DA SESSÃO:</b>	<b>05/02/2026</b>
<b>HORÁRIO DA FASE DE LANCES:</b>	<b>Das 08h30min. às 14h30min. (horário de Brasília).</b>
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO:</b>	<b>R\$ 25.790,00</b> (vinte e cinco mil e setecentos e noventa reais)
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO:</b>	Menor Preço por ITEM
<b>DIFERENÇA MÍNIMA ENTRE LANCES</b>	0,5% (meio por cento)
<b>PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:</b>	<b>SIM</b>
<b>PREFERÊNCIA LOCAL/REGIONAL</b>	<b>SIM</b>

**1.1.2.** Os horários mencionados neste Aviso de dispensa referem-se ao horário oficial de Brasília - DF, salvo quando explicitamente descrito em contrário.

**1.2 JUSTIFICATIVA DA DISPENSA:**

**1.2.1.** As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

**1.2.2.** O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

**1.2.3.** Desta forma, como citado, unindo a necessidade da secretaria com a existência de empresa





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS**

especializada em supri-la, diante da saciedade de um dos princípios norteadores do Direito Administrativo, qual seja o Princípio da Eficiência, devendo esta estar presente em todos os atos administrativos principalmente nas licitações.

1.2.4. Para Luiz Alberto Blanchet, “a licitação é o meio pelo qual a Administração Pública deve atender as necessidades da comunidade, e, sendo que tal, deve ser um processo eficaz”, e no caso exposto, é evidente o atendimento a tais características, visto que se trata de uma contratação de pequeno valor para a Secretaria Municipal de Educação visando nada mais do que atender as necessidades da coletividade, que prima pela eficácia dos serviços públicos.

1.2.5. Na mesma análise Vladimir da Rocha França aponta que: "O princípio da eficiência administrativa estabelece o seguinte: toda ação administrativa deve ser orientada para concretização material e efetiva da finalidade posta pela lei, segundo os cânones jurídico-administrativo."

1.2.6. O presente procedimento licitatório se enquadra na modalidade legalmente prevista pelo Artigo 75, Inciso II da Lei Federal nº: 14.133 de 01 de abril de 2021 e Decreto nº 12.807/2025, que aponta as normas gerais para licitações e contratos na administração pública:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras;

1.2.7. Ademais, os doutrinadores justificam as hipóteses de dispensa de licitação pelo fato de o custo de um procedimento licitatório ser superior ao benefício que dele poderia ser extraído, como no caso em questão uma vez que a **Dispensa de Licitação Eletrônica possui fase de disputa com lances por um período de 6 horas fazendo os licitantes a apresentar o seu menor valor possível.**

**1.2.8. Da justificativa da dispensa de licitação pela secretaria solicitante:**

**1.2.8.1** Venho por meio deste solicitar a aquisição do gênero alimentício, destinado ao atendimento do Programa de Alimentação Escolar deste município. Informamos que o item mencionado foi licitado no Pregão Eletrônico nº 90086/2025 do Processo Administrativo 2261/2025. No entanto, constatou-se um erro material no lançamento do quantitativo estimado no Quadro de Distribuição da SEMED, onde constaram apenas 05 (cinco) unidades, quantidade irrisória e insuficiente para atender à demanda anual da rede municipal de ensino. Considerando que a quantidade estimada necessária para o cumprimento do cardápio escolar vigente é de 500 (quinhentas) unidades e que a falta deste item prejudica a qualidade e a variedade da merenda ofertada aos alunos, faz-se necessária a aquisição em caráter de urgência/complementar.

**1.2.8.2** A adoção da dispensa de licitação mostra-se mais eficiente e econômica, considerando a necessidade de garantir a regularidade da alimentação escolar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, evitando atrasos que possam comprometer o planejamento e a execução dos cardápios escolares. Ressalta-se que a contratação direta não afasta a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa.

**2. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

2.1 O objeto da presente Dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por **DISPensa de Licitação de Aquisição De Chocolate Em Pó 50% Cacau. Destinadas Para**





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS**

**Atender O Programa De Alimentação Escolar.** Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

**1.1.3. DAS ESPECIFICAÇÕES E DA ESTIMATIVA DE PREÇOS:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD	QTD MÍNIMA POR PEDIDO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	CHOCOLATE EM PÓ 50% CACAU. Chocolate em pó, com o mínimo de 50% de cacau, embalagem contendo 1kg. Composto apenas por cacau em pó e açúcar.	PCT.	500	40	R\$ 51,58	R\$ 25.790,00

**1.2.** Os quantitativos informados na tabela acima são estimados para os próximos 12 meses. O consumo será regulado mediante os empenhos emitidos e encaminhados para a empresa. Sendo assim não gera obrigação do Município de Buritis em consumir todo o quantitativo solicitado no contrato.

**1.3.** O critério de julgamento adotado será o menor preço POR ITEM, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**1.4. OBSERVAÇÃO:** A descrição que prevalece é a do termo de referência e deste aviso de dispensa.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA**

3.1 A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, no endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

3.1.1. O procedimento será divulgado no LICITANET e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

3.1.2. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos disponíveis na plataforma de execução: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

3.1.3. O referido pagamento/remuneração possui amparo legal no art. 175 parágrafo § 1º da Lei nº 14.133/21.

3.1.4. O licitante poderá promover a sua inscrição e credenciamento para participar da dispensa eletrônica, para inscrição e cadastramento da proposta inicial de preços.

3.1.5. O LICITANET atuará como órgão provedor do sistema eletrônico nos termos firmados com a Prefeitura Municipal de Buritis.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS**

3.1.6. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

3.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da contratação, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.2.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

3.2.5. sociedades cooperativas.

3.2.6 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS**

no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

**4. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

**4.1.** O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

**4.2.** O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

**4.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

**4.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

**4.4.1.** A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**4.4.2.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**4.6.** Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

**4.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e/ou Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de entregar os itens nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.8.** Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

**4.9.** No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

**4.9.1.** que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS**

- 4.9.2.** que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 4.9.3.** que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- 4.9.4.** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- 4.9.5.** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**5. DA FASE DE LANCES**

- 5.1.** A partir das **08h30min. (horário de Brasília)** da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 5.2.** Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.2.1.** O lance deverá ser ofertado pelo **Valor Unitário do item**.
- 5.3.** O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.3.1.** O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 5.3.2.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **0,5% (meio por cento)**.
- 5.4.** Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 5.5.** Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.6.** Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 5.7.** Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 5.7.1.** O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

**6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**6.1. DO TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO**





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS**

**6.2.** Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará os fornecedores cujas propostas estejam dentro da margem de 10% em relação à melhor oferta, para fins de aplicação das disposições da Lei Municipal nº 2.176, de 25 de abril de 2025.

**6.3.** Nesse caso, a adjudicação será feita em favor da empresa sediada local ou regionalmente, conforme critérios estabelecidos abaixo:

- I. A prioridade será dada às microempresas, empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual MEI, e sociedades cooperativas de consumo e associações, sediadas no município de Buritis.
- II. Não havendo microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas no município de Buritis com proposta no limite de 10% do melhor preço, a prioridade será dada às microempresas e empresas de pequeno porte regionais, ou seja, aquelas sediadas nos municípios da Região Geográfica do Vale do Jamari, que inclui Ariquemes, Cacaulândia, Monte Negro, Campo Novo de Rondônia, Rio Crespo, Machadinho D'Oeste, Cujubim e Alto Paraíso.
- III. Será aplicada o benefício às microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais (pessoas físicas), microempreendedores individuais (MEI) e sociedades cooperativas de consumo e associações;

**6.4.** O Tratamento favorecido, diferenciado e simplificado, está devidamente regulamentado na **Lei Municipal nº 2.176 de 25 de Abril de 2025**.

**6.5.** Após o encerramento da aplicação da lei de preferência, o agente público solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta, **(Anexo II - Modelo da Proposta)**, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de dispensa e já apresentados.

**6.6.** Será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

**6.7.** No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

**6.7.1.** Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.

**6.7.2.** A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

**6.8.** Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

**6.9.** Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS**

**6.10.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**6.11. Será desclassificada a proposta vencedora que:**

**6.11.1.** conter vícios insanáveis;

**6.11.2.** não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

**6.11.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.11.4.** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.11.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

**6.12.** Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

**6.12.1.** for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**6.12.1.1.** serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

**6.13.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

**6.14.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**6.15.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**6.16.** Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**6.17.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **7. DA HABILITAÇÃO**

**7.1.** Os documentos a serem exigidos para fins de **habilitação** constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

**7.2.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**7.2.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;**





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS**

**7.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União – CGU**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);

**7.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

**7.2.4. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada (<http://www.transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>);

**7.2.4.1.** Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens “7.2.2” e “7.2.3” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

**7.2.5.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**7.2.6.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**7.3.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**7.3.1.** É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

**7.3.2.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

**7.4.** Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 120 (cento e vinte) minutos, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

**7.5.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**7.6.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**7.7.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**7.8.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS**

**7.9.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

**7.10.** Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

**7.10.1.** Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

**7.11.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## **8. DA CONTRATAÇÃO**

**8.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será realizado a formalização do contrato.

**8.2.** O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. O contrato poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

## **9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1.** Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

**9.1.1.** dar causa à inexecução parcial a contratação;

**9.1.2.** dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**9.1.3.** dar causa à inexecução total da contratação;

**9.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**9.1.5.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**9.1.6.** não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**9.1.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**9.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução;

**9.1.9.** fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;

**9.1.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**9.1.10.1.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**9.1.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

**9.1.12.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS**

**9.2.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a)** Advertência pela falta do subitem 9.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b)** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 9.1.1 a 9.1.12;
- c)** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a 9.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

**9.3.** Na aplicação das sanções serão considerados: (art. 156, §1º):

- 9.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;
- 9.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.3.4.** os danos que dela provierem para o Contratante;

**9.4.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**9.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**9.6.** A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**9.7.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**9.8.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização PAR.

**9.9.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**9.10.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS**

**9.11.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999. 8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação.

**9.12.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência em anexo a este Aviso.

**10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**10.1.** No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

**10.1.1.** republicar o presente aviso com uma nova data;

**10.1.2.** valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

**10.1.2.1.** No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

**10.1.3.** fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

**10.2.** As providências dos subitens 10.1.1 e 10.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

**10.3.** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

**10.4.** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**10.5.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

**10.6.** Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

**10.7.** No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**10.8.** As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS**

**10.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

**11. DOS ANEXOS**

**11.1.** Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I: DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO;**

**ANEXO II: MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS);**

**ANEXO III: DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA C.F. DE 1988;**

**ANEXO IV: MINUTA DE CONTRATO;**

**ANEXO V: TERMO DE REFERÊNCIA.**

Buritis - RO, 02 de fevereiro de 2026.

Elaborado por:

**Jayne da Silva Barbosa Beltrão**

Assessora Exec. da Superintendência de Licitações e Contratações

Portaria: 287/GAB/2024

Revisado e Aprovado por:

**Thiago Alves de Sousa**

Superintendente de Licitações e Contratações

Portaria: 205/GAB/2023





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

**ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

**1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**1.1. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**1.2. Microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**1.4. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

**1.5. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária -** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**1.7. No caso de cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**1.8. Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;**

**1.9. Instrumento de procuração,** devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);

**1.10. Os documentos acima** deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**2. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

**2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);**

**2.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional,** mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS**

Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**2.3.** prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**); admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

**2.4.** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**2.5. DECLARAÇÃO** de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**2.6.** prova de regularidade com a Fazenda **Estadual, Municipal ou Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**2.6.1.** caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *estaduais/municipais* ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência

**3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA:**

**3.1. Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial** – (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, **EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa)** dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

**3.1.1.** No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

ANEXO II: MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS);

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS  
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2026/SLC  
PROCESSO Nº 3464/SEMECE/2025

LICITANTE \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ TEL. FAX: \_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

C. CORRENTE: \_\_\_\_\_ AG.: \_\_\_\_\_ BANCO: \_\_\_\_\_

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDAD E DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

Valor total:

Valor total por extenso:

Prazo de validade da Proposta: \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias (mínimo 60 dias)

Garantia:

Outras informações:

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Termo de referência e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência. - Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos. - Nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

---

ANEXO III: **DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA C.F. DE 1988;**

**MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CF**  
EMPRESA:

Referência: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/SLC/2026.

ABERTURA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ às \_\_\_\_ h

**OBJETO: Aquisição De Chocolate Em Pó 50% Cacau. Destinadas Para Atender O Programa De Alimentação Escolar.**

A: PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS.

Declaramos em atendimento ao previsto na **DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 001/SLC/2026** de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

Buritis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Representante da Empresa

**Obs.: Se o licitante possuir menores de 16 anos na condição de aprendizes deverá declarar expressamente**





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

MODELO DE TERMO DE CONTRATO  
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021  
DISPENSA DE LICITAÇÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS

(Processo Administrativo nº 003464-2025)

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS, POR INTERMÉDIO DO (A) ..... E .....**

A **Prefeitura do Município de Buritis**, órgão da Administração Direta, com sede na Rua São Lucas nº 2476, Setor 06, na cidade de Buritis, Estado de Rondônia, inscrito no CNPJ sob o nº 01.266.058/0001-44, neste ato representado pelo Sr. Valtair Fritz dos Reis, Prefeito deste município, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 3464/2025** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 12.807/2025 e Decreto Municipal nº 13.509, de 15 de março de 2023, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Dispensa de Licitação Eletrônica nº. 001/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a **Aquisição De Chocolate Em Pó 50% Cacau. Destinadas Para Atender O Programa De Alimentação Escolar**, para atender as secretarias do município de Buritis, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

Item	DESCRIÇÃO	Und	Quant.	Quant. Mínima por pedido	Valor Unt. R\$	Valor Total R\$





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS**

<b>01</b>	<b>CHOCOLATE EM PÓ</b> 50% CACAU. Chocolate em pó, com o mínimo de 50% de cacau, embalagem contendo 1kg. Composto apenas por cacau em pó e açúcar.	<b>PCT</b>	500	40	R\$	R\$
-----------	---	------------	-----	----	-----	-----

1.3. Os quantitativos informados na tabela acima são estimados para os próximos 12 meses. O consumo será regulado mediante os empenhos emitidos e encaminhados para a empresa. Sendo assim não gera obrigação do Município de Buritis em consumir todo o quantitativo solicitado no contrato.

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência;

1.3.2 A Proposta do contratado;

1.3.3 O aviso de dispensa;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. O contrato poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos de acordo com o art.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))**

**3.1** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no presente Contrato e no Termo de Referência no item 5 e seus subitens, anexo a este Contrato.

### **3.2 Da Gestão Da Contratação**

3.2.1 O instrumento contratação deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2.2 As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.2.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS**

---

### **3.3 Da Fiscalização**

3.3.1 A CONTRATANTE, através de seus fiscais designados, efetuará a gestão e a fiscalização da contratação assegurando o fiel cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA.

3.3.2 A fiscalização será realizada pelo Técnico Fiscal e pelo Fiscal Administrativo do Contrato, que deverá observar e atuar de acordo com as diretrizes previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações pertinentes.

#### **3.4 O Fiscal Técnico do Contrato será responsável por:**

- 3.4.1 Acompanhar a entrega e a adequação do objeto às especificações técnicas definidas no objeto;
- 3.4.2 Verificar a qualidade e o desempenho dos materiais fornecidos;
- 3.4.3 Registrar no histórico de gestão do objeto todas as ocorrências técnicas relevantes;
- 3.4.4 Emitir notificações para a correção de eventuais falhas ou defeitos dos equipamentos;
- 3.4.5 Informar o gestor do objeto sobre quaisquer situações que requeiram decisões urgentes ou medidas além de sua competência;
- 3.4.6 Em caso de ausência ou impedimento do Técnico Fiscal do objeto, suas funções serão assumidas por um substituto previamente designado pela CONTRATANTE, garantindo a continuidade das atividades sem interrupções.

#### **3.5 O Fiscal Administrativo do Contrato deverá:**

- 3.5.1 Garantir a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA;
- 3.5.2 Acompanhar os processos de compromissos e pagamento, incluindo a verificação das garantias contratuais e aplicação de glosas, quando cabível;
- 3.5.3 Agir de forma tempestiva diante de inadimplências contratuais, comunicando-se com o gestor do objeto para a tomada de ações cabíveis;
- 3.5.4 Na eventualidade do Fiscal Administrativo do objeto não estar disponível, um substituto devidamente atualizado será responsável por assumir temporariamente as responsabilidades, observando os procedimentos estabelecidos para não comprometer a administração do objeto.

#### **3.6 O Gestor do Contrato deverá**

- 3.6.1 Atualizar constantemente o processo de acompanhamento do objeto;
- 3.6.2 Elaborar relatórios de risco, monitorando e anotando quaisquer problemas que possam interferir no fluxo normal da execução do objeto;





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS**

3.6.3 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do objeto e a comunicar à autoridade competente sobre qualquer ocorrência que exceda a sua alçada;

3.6.4 Entregar relatórios de avaliação de desempenho da CONTRATADA, considerando os indicadores objetivamente definidos;

3.6.5 O Gestor do objeto terá um suplente indicado que assumirá as funções em casos de necessidade, mantendo o rigor e a efetividade da gestão e fiscalização contratual.

3.6.6 Conduzir processos administrativos de responsabilização e aplicação de avaliações quando necessário.

3.6.7 Ao término da execução contratual, o gestor do objeto deve elaborar um relatório final, destacando a consecução dos objetivos que motivaram a contratação e indicar medidas para o aprimoramento das atividades da Administração.

### **3.7 Da solicitação**

**3.7.1** A entrega dos produtos será realizada de forma parcelada, conforme solicitação do gestor responsável da escola, observando-se os prazos, as quantidades e os locais indicados em cada ordem de faturamento, de modo a assegurar a regularidade do abastecimento e o atendimento ao planejamento da alimentação escolar.

### **3.8. Forma e prazo de entrega (conforme item 5.1.2 do termo de referência):**

3.8.1 Os produtos deverão ser entregues sempre que solicitados, no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, contados a partir do recebimento da respectiva ordem de faturamento, de modo a não comprometer a execução das atividades públicas a que se destinam.

### **3.9 Local de Entrega**

3.9.1 Os itens deverão ser entregues nas respectivas escolas da rede municipal, localizadas no município de Buritis/RO – CEP 76.880-000, no horário das 07h30min às 13h30min, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira.

3.9.2 Os itens deverão ser entregues nos locais previamente indicados pela Administração, observadas as condições estabelecidas neste Termo.

3.9.3 Escolas pólos, da área rural, entregar no departamento de alimentação escolar.

3.9.4 A entrega deverá seguir a ordem de faturamento, conforme os endereços constantes na tabela abaixo.

<b>ESCOLAS MUNICIPAIS</b>
---------------------------





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS**

<b>ORD.</b>	<b>Escolas Urbanas</b>	<b>ENDEREÇO</b>
1.	E.M.E.F. Sebastião Theodoro Bernardo Filho	Rua Forte Real Príncipe da Beira, Qd 15, lote 01, nº 1506 Setor 05
2.	Creche Chapeuzinho Vermelho	Avenida Porto Velho, S/N - Setor 04.
3.	E.M.E.I.E.F. Josué De Castro	AV. Rondônia, esq. com a Rua Petrópolis, nº 2109, Setor 06,
4.	E.M.E.I.E.F. Paulo Freire	Rua Marechal Hermes da Fonseca, 1360 - Setor 02
5.	E.M.E.I.E.F. Pedro Eugênio Marcílio	Rua Padre Fiovo Camaione, S/Nº, Lote 20, Quadra 018, Setor 08.
6.	E.M.E.F. José Francisco Chiquilito Erse	Rua Águia Branca, nº 2030, Setor 07.
<b>ORD.</b>	<b>Escolas Pólos</b>	<b>ENDEREÇO</b>
7.	EMEF. José Américo De Almeida	Linha 20 gleba 05 km 12, lote 29 – PA Buriti.
8.	EMEF. José Bonifácio De Andrada e Silva	Linha C – 34 Projeto Rio Alto.
9.	EMEF. Maria Alves De Souza	Linha C 15, km 10, Marco Satélite.
10.	EMEF. Maria Marta Braga	Linha 03 A, Km 35, Marco Oito.
11.	EMEF. Tiradentes	Linha 01, Gleba 07, Km 05, Lote 05, Marco vinte.

**3.10 Recebimento do Objeto (conforme item 11 do termo de referência):**

3.10.1 Recebimento Provisório: Os materiais serão inicialmente recebidos de forma provisória, no ato da data de entrega, acompanhados de nota fiscal ou documento equivalente. O responsável pela fiscalização da aquisição verificará a conformidade com as especificações do Termo de Referência e da proposta.

3.10.2 Rejeição de Bens: Os itens em desacordo com as especificações poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, antes mesmo do recebimento.

3.10.3 Recebimento Definitivo: O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante verificação da conformidade dos materiais entregues, em relação às especificações técnicas e demais condições contratuais, não sendo constatadas irregularidades ou pendências.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS**

#### **4 CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, essa restrição visa assegurar que administração pública mantenha um controle direto sobre a qualidade dos produtos contratados, garantindo que atendam plenamente aos requisitos estabelecidos no termo de referência.

#### **5 CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1 O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **6 CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))**

6.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal e apresentação das certidões conforme exigido na Habilitação, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, nos termos do Decreto Municipal nº 13.509/2023.

6.2 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.4 Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços, conforme Art. 45 do decreto municipal nº 13.509/2023.

#### **7 CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))**

7.1 Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste instrumento;

7.2 Solicitar formalmente à Contratada o fornecimento dos itens, mediante ordem de faturamento emitida pela CONTRATANTE, vinculada à respectiva nota de empenho.

7.3 Efetuar o recebimento provisório dos itens entregues, no ato da entrega dos mesmos, acompanhados da Nota Fiscal, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório dos itens.

7.4 O recebimento provisório não implica aceitação.

7.5 Efetuar o recebimento definitivo dos itens entregues, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens nos termos deste instrumento, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo.

7.6 Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pelo Fiscal, os produtos entregues em que se tenha verificado desacordo com especificações estabelecidas neste instrumento ou vícios de qualidade ou impropriedades para o uso.

7.7 O Termo de Recusa deverá explicitar a razão da recusa dos itens, indicando ainda o prazo de substituição e as penalidades cabíveis pelo não cumprimento da obrigação.

7.8 Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Contratada relativos à execução do objeto deste instrumento;

7.9 Analisar e decidir acerca das solicitações efetuadas pela Contratada relativas à entrega do objeto deste instrumento;





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS**

- 7.10 Qualquer notificação emitida pela CONTRATANTE deverá ser formalizada por escrito, estipular prazo para o cumprimento da obrigação e indicar as penalidades cabíveis em caso de descumprimento;
- 7.11 Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 7.12 Realizar rigorosa conferência das características dos itens entregues, pela Contratada através de Comissão de Recebimento designada, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem;
- 7.13 Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integre o instrumento contratual;
- 7.14 Efetuar as devidas publicações na forma da lei.
- 7.15 Efetuar o pagamento na forma convencionada neste termo e no Instrumento Convocatório.

**8 CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 8.1 Executar o objeto na qualidade e forma exigidas no presente termo, cumprindo os prazos e condições estabelecidas.
- 8.2. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital de licitação, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto tais como frete, impostos e demais taxas referentes à entrega do material devendo estes ser inclusos no valor da proposta e, ainda:
- 8.3. Manter, durante a vigência do contratante, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no procedimento licitatório.
- 8.4. Entregar o objeto de acordo com as especificações constantes na proposta de preços, no local e prazo indicados neste termo.
- 8.5 Fazer acompanhar, quando da entrega do objeto, a respectiva nota fiscal, na qual deve haver referência ao processo e a respectiva nota de empenho da despesa, na qual deverá constar o objeto da presente contratação com seus valores correspondentes.
- 8.6. Reparar, corrigir, remover, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções.
- 8.7. Entregar os itens com componentes e acessórios contidos no manual do proprietário.
- 8.8. Atender prontamente as solicitações da CONTRATANTE acerca do fornecimento dos bens e prestar os esclarecimentos que forem necessários de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações.
- 8.9. Durante todo o prazo de validade do produto, o CONTRATADO deverá assegurar a qualidade, a conformidade sanitária e o atendimento integral às especificações técnicas do chocolate em pó com, no mínimo, 50% de teor de cacau, responsabilizando-se pela substituição imediata de quaisquer itens que apresentem vícios, defeitos, deterioração, desconformidade com as exigências contratuais ou irregularidades identificadas no recebimento ou durante o armazenamento, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE.
- 8.10. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da vencedora da licitação ou de quem em seu nome agir.
- 8.11. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento, inclusive fretes e tributos e quaisquer outras que forem devidas.
- 8.12. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes na entrega dos produtos, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resultem as destruições ou





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS**

danificações dos bens, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do “Termo de Recebimento Definitivo dos Bens” e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros.

8.13. Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos bens, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário;

8.14. Comunicar CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário.

**9 CLÁUSULA NONA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

9.1 Não haverá exigência de garantia contratual considerando bens de consumo comum, amplamente disponível no mercado, não envolvendo complexidade técnica ou riscos elevados à Administração.

9.2 Ressalta-se, ainda, que a exigência de garantia contratual poderia representar ônus excessivo sem necessidade, considerando o baixo valor dos itens.

**10 CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**10.1** A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses conforme Decreto Municipal 13.509/23 que diz:

10.2 - Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

10.3 - Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

**10.3.1** Parágrafo Único. Para os fins deste artigo, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Administração.

10.3.2 As sanções de impedimentos de licitar e contratar com Administração Pública ocorrerá nos termos deste artigo, e nos demais que couber.

10.4 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

10.4.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato, que supere aquela prevista no inciso II do art. 155 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.4.2 Dar causa à inexecução total do contrato;

10.4.3 Deixar de entregar, atrasar a entrega dos produtos ou entregar produtos em desacordo com o solicitado;

10.4.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS**

10.4.5 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.4.6 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.5 A sanção prevista no item 10.4 deste artigo impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Buritis-RO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.6 A sanção de que trata o item 10.4 deste artigo quando aplicada pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública no desempenho da função administrativa impedirá o sancionado em licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Buritis-RO.

10.7 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

10.7.1 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.7.2 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.7.3 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.7.4 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.7.5 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.8 O disposto nos artigos acima não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa cumulativamente à sanção mais grave.

10.9 A multa a ser calculada não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou Celebrado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS**

**10.12** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**10.13** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**10.14** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da art. 183, §3º, Decreto nº 13.509/2023.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

**11.1** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**11.2** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**11.3** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**11.4** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**11.5** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**11.6** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**11.7** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**11.8** Indenizações e multas.

**11.9** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS**

**12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Buritis deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMECE**

02.07.03- Secretaria Municipal de Educação - FUNDEB

Programação: 12 361 1002 2021 – Apoio as atividades administrativas da Educação Básica - FUNDEB

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Ficha 196

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE**

13.1 Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados para manter o equilíbrio econômico e financeiro desde que apresentado notas fiscais que comprovem o aumento que gera o desequilíbrio. Sendo que será concedido a aumento da diferença entre as notas fiscais que devem ser apresentadas uma da época da licitação e uma após o aumento.

13.2 Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, **do índice IPCA** (Índice Nacional de Preços ao consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.6 O reajuste será concedido apenas se houver o pedido do contratado, bem como se houver compatibilidade entre o valor reajustado pelo referido índice e o valor de mercado (cotações atuais de mercado).

13.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

**14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS**

contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet [www.buritis.ro.gov.br](http://www.buritis.ro.gov.br) > Portal de Transparência > Licitações (<http://transparencia.buritis.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes>), em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO ([art. 92, §1º](#))**

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Buritis, Estado de Rondônia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Buritis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE  
Representante legal do CONTRATADO





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS

**EXTRATO DO CONTRATO Nº ...../2026/PMB**

**PROCESSO Nº 3464-2025**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2026-SLC**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE BURITIS/RO  
**CONTRATADO:** \_\_\_\_\_

**OBJETO:** O objeto do presente instrumento é a **Aquisição De Chocolate Em Pó 50% Cacau. Destinadas Para Atender O Programa De Alimentação Escolar.**

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMECE**

02.07.03- Secretaria Municipal de Educação - FUNDEB

Programação: 12 361 1002 2021 – Apoio as atividades administrativas da Educação Básica - FUNDEB

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Ficha 196

**Empenho:**

**VALOR TOTAL DESTE CONTRATO:** R\$ \_\_\_\_\_

**VIGÊNCIA DO CONTRATO:** O PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO É DE 12 (DOZE) MESES CONTADOS DA ASSINATURA DO CONTRATO.

**MUNICÍPIO DE BURITIS/RO**

Valtair Fritz dos Reis

Prefeito





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS**

---

**ANEXO V – TERMO DE REFERÊNCIA**





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 3464/2025- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Categoria: Compra de Bens Comuns

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea a)

1.1. Aquisição de chocolate em pó com, no mínimo, 50% de cacau, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – .

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CAT/MAT	UND	QUANT.	QUANT. MIN. DE PEDIDO.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1.	CHOCOLATE EM PÓ 50% CACAU. Chocolate em pó, com o mínimo de 50% de cacau, embalagem contendo 1kg. Composto apenas por cacau em pó e açúcar.	463547 (Genérico)	PCT	500	40	R\$ 51,58	R\$ 25.790,00
Valor total:							R\$ 25.790,00

1.2. Os bens objeto desta contratação consistem na aquisição de **chocolate em pó com, no mínimo, 50% de cacau**, destinados à alimentação escolar, enquadrando-se na categoria de **bens comuns**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O objeto desta contratação **não se enquadra como bem de luxo**, conforme disposto no Decreto Municipal nº 13.509/2023, tratando-se de produto alimentar essencial, de consumo regular, necessário ao atendimento das políticas públicas de alimentação escolar, sem características de sofisticação, exclusividade ou requinte excessivo.

1.4. **Será realizada a formalização de contrato administrativo**, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, observadas as demais condições estabelecidas no instrumento convocatório,





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED**

no Termo de Referência e na legislação vigente.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. O contrato poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO (art. 6 inciso XXIII alínea b)**

2.2.1 A presente contratação tem por objeto a aquisição de **chocolate com 50% de cacau**, destinado à alimentação escolar, visando atender às necessidades nutricionais dos estudantes da rede pública de ensino, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, instituído pela Lei nº 11.947/2009, bem como pelas resoluções vigentes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

2.2.2 A necessidade da aquisição decorre da importância de ofertar alimentos que apresentem melhor perfil nutricional, observando-se a redução do teor de açúcares, gorduras e aditivos, conforme orientações do PNAE, além de contribuir para a formação de hábitos alimentares saudáveis no ambiente escolar. O chocolate com maior concentração de cacau, quando comparado aos chocolates convencionais, possui menor teor de açúcar e maior presença de compostos bioativos, como flavonoides e minerais, podendo integrar o cardápio escolar de forma controlada, planejada e supervisionada por nutricionista responsável, conforme exigido pelas normas do programa.

2.2.3 O objeto da presente contratação encontra-se **devidamente incluído no Plano Anual de Contratações – PCA 2025**, conforme segue:

2.2.4 ID do PCA no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: **01266058000144-0-000001/2025**;

**3** Item correspondente no PCA: **07**.

**4 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6 inciso XXIII alínea c)**

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico especificado no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6 inciso XXIII alínea d)**

4.1. A aquisição de **chocolate em pó com, no mínimo, 50% de cacau** justifica-se pela necessidade de assegurar a **qualidade nutricional** dos alimentos destinados à alimentação escolar da rede municipal de ensino, em consonância com as diretrizes do Programa





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED**

Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e com as políticas públicas de promoção da saúde e da segurança alimentar.

4.2. Os produtos a serem fornecidos deverão **atender integralmente às especificações técnicas mínimas** estabelecidas neste Termo de Referência, garantindo teor adequado de cacau, composição compatível com padrões nutricionais recomendados e ausência de substâncias em desacordo com a legislação sanitária vigente. Tal exigência visa evitar o fornecimento de produtos com elevado teor de açúcares, aditivos artificiais ou qualidade inferior, que não atendam ao interesse público nem às necessidades dos estudantes.

4.3. Adicionalmente, o produto deverão estar em **conformidade com as normas sanitárias municipal, estadual e federal**, bem como coadunados com as **cláusulas contratuais** a serem firmadas, observando todas as disposições legais e regulamentares expedidas pelos órgãos competentes de fiscalização e vigilância sanitária. Essas exigências são indispensáveis para assegurar a inocuidade, a rastreabilidade e a qualidade dos alimentos fornecidos, prevenindo riscos à saúde dos beneficiários.

4.4. Por fim, a comprovação, pelo licitante, do **atendimento aos requisitos de habilitação definidos no edital** constitui condição necessária para garantir que a contratação seja realizada com fornecedor regularmente constituído, tecnicamente apto e juridicamente habilitado, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, isonomia e proteção ao interesse público.

4.5. Arcar com todos os tributos e contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como eventual custo adicional de frete na entrega, transporte e descarregamento;

4.6. Trocar e substituir, sem custos adicionais e após comunicação, todo e qualquer produto que se revelar defeituoso ou em desacordo com o termo de referência, estiver com prazo de validade vencido durante a entrega dos mesmos;

4.7. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital, a remessa do produto apresentado será devolvida à detentora para substituição no **prazo máximo de 10 (dez) dias**, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

4.8. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues **em conformidade com as normas higiênico-sanitárias aplicáveis aos alimentos**, devidamente acondicionados em **embalagens íntegras, lacradas e apropriadas para o transporte**, contendo, de forma legível, no rótulo, a **identificação do fabricante, a data de fabricação, o prazo de validade e o número do lote**, devendo o transporte ocorrer **em condições adequadas**, que preservem a qualidade, a





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED**

segurança e a integridade dos produtos.

**Critérios de Sustentabilidade**

4.9. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.10. Que as embalagens dos itens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas vigentes;

4.11. Que os itens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, ao tamanho e características dos itens, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a proteção durante o transporte e armazenamento.

4.12. Será priorizada, sempre que possível e observados os princípios da **isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, a contratação de fornecedores locais ou regionais**, com o objetivo de **reduzir as distâncias de transporte**, minimizar a **emissão de gases poluentes** e contribuir para o **desenvolvimento econômico local**, sem prejuízo da ampla concorrência.

**Padrões mínimos de qualidade exigidos**

4.13. O produto a ser fornecido deverá atender, no mínimo, aos seguintes padrões de qualidade:

4.14. **Teor mínimo de 50% de cacau**, devidamente comprovado por meio da rotulagem do produto;

4.15. **Conformidade com as normas sanitárias vigentes**, especialmente aquelas expedidas pela **ANVISA**, relativas à produção, armazenamento e comercialização de gêneros alimentícios;

4.16. **Ausência de sujidades, contaminantes físicos, químicos ou biológicos**, garantindo a segurança alimentar;

4.17. **Rotulagem nutricional completa e legível**, contendo denominação do produto, composição, valor nutricional, identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação e prazo de validade;

4.18. **Embalagem íntegra, adequada e inviolada**, compatível com o transporte e o armazenamento, de modo a preservar as características do produto até o consumo;

4.19. **Prazo de validade compatível** com o planejamento dos cardápios escolares, não sendo aceitos produtos com validade próxima do vencimento;





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED**

4.20. O não atendimento a quaisquer dos padrões mínimos de qualidade estabelecidos ensejará a **rejeição do produto** e a **substituição pelo fornecedor**, no prazo definido contratualmente, sem ônus para a Administração.

**Subcontratação**

4.21. Não será permitida a subcontratação integral na presente contratação, conforme estabelecido pelos §§ 2º e 3º do Art. 167 do decreto municipal nº 13.509/2023.

4.21.1. A vedação à subcontratação integral nesta contratação justifica-se pela necessidade de garantir o pleno cumprimento das obrigações contratuais pela empresa adjudicatária, conforme previsto nos §§ 2º e 3º do art. 167 do Decreto Municipal nº 13.509/2023, que regulamenta a aplicação da Lei nº 14.133/2021 no âmbito municipal.

**Da vedação de contratação de marca ou produto**

**4.22.** Na presente aquisição não será vedada nenhuma marca/produto desde que atendas as especificações e condições deste termo de referência.

**5. EXECUÇÃO DO OBJETO** (art. 6 inciso XXIII alínea e)

**Condições de Entrega**

5.1.1. Os itens deverão ser entregues **nas respectivas escolas da rede municipal**, localizadas no município de **Buritis/RO – CEP 76.880-000**, no horário das **07h30min às 13h30min**, em dias úteis, de **segunda-feira a sexta-feira**.

5.1.2. Os itens deverão ser entregues **nos locais previamente indicados pela Administração**, observadas as condições estabelecidas neste Termo.

5.1.3. **Escolas pólos**, da área rural, entregar no departamento de alimentação escolar.

5.1.4. A entrega deverá seguir a **ordem de faturamento**, conforme os endereços constantes na tabela abaixo.

ESCOLAS MUNICIPAIS		
ORD.	Escolas Urbanas	ENDEREÇO
1.	E.M.E.F. Sebastião Theodoro Bernardo Filho	Rua Forte Real Príncipe da Beira, Qd 15, lote 01, nº 1506 Setor 05
2.	Creche Chapeuzinho Vermelho	Avenida Porto Velho, S/N - Setor 04.
3.	E.M.E.I.E.F. Josué De Castro	AV. Rondônia, esq. com a Rua Petrópolis, nº 2109, Setor 06,





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED**

4.	E.M.E.I.E.F. Paulo Freire	Rua Marechal Hermes da Fonseca, 1360 - Setor 02
5.	E.M.E.I.E.F. Pedro Eugênio Marcílio	Rua Padre Fiovo Camaione, S/Nº, Lote 20, Quadra 018, Setor 08.
6.	E.M.E.F. José Francisco Chiquilito Erse	Rua Águia Branca, nº 2030, Setor 07.
<b>ORD.</b>	<b>Escolas Pólos</b>	<b>ENDEREÇO</b>
7.	EMEF. José Américo De Almeida	Linha 20 gleba 05 km 12, lote 29 – PA Buriti.
8.	EMEF. José Bonifácio De Andrada e Silva	Linha C – 34 Projeto Rio Alto.
9.	EMEF. Maria Alves De Souza	Linha C 15, km 10, Marco Satélite.
10.	EMEF. Maria Marta Braga	Linha 03 A, Km 35, Marco Oito.
11.	EMEF. Tiradentes	Linha 01, Gleba 07, Km 05, Lote 05, Marco vinte.

**Prazo e Forma de Entrega do Objeto**

5.2. Os produtos deverão ser entregues sempre que solicitados, no prazo máximo de **07 (sete) dias corridos**, contados a partir do recebimento da respectiva **ordem de faturamento**, de modo a não comprometer a execução das atividades públicas a que se destinam.

5.3. O prazo estipulado justifica-se pela necessidade de garantir a **regularidade do abastecimento das unidades escolares**, assegurando o cumprimento do planejamento dos cardápios da alimentação escolar. Embora se trate de gênero alimentício **não perecível**, o fornecimento dentro do prazo estabelecido é essencial para evitar descontinuidade no atendimento aos alunos, bem como para assegurar a adequada rotatividade de estoque e a preservação da qualidade do produto.

5.4. A entrega dos produtos será realizada de forma **parcelada**, conforme solicitação do **gestor responsável da escola**, observando-se os prazos, as quantidades e os locais indicados em cada **ordem de faturamento**, de modo a assegurar a regularidade do abastecimento e o atendimento ao planejamento da alimentação escolar.

**Garantia**

5.5. Prevalecem sobre os produtos licitados as regulamentações do Código de Defesa do Consumidor, quanto à garantia, defeitos e outros, conforme o caso, garantindo a esta Municipalidade os direitos de Consumidor final.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED**

- 5.6. No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à Contratada relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que estas sejam corrigidas;
- 5.7. Os materiais/produtos deverão possuir garantia em conformidade com as normas do fabricante;
- 5.8. Os produtos deverão oferecer prazo de garantia legal, a contar do recebimento dos mesmos;
- 5.9. Não serão aceitos produtos com validade vencida ou com data de fabricação defasada que comprometa a sua utilização.
- 5.10. Os produtos que possuam prazo de validade **somente serão recebidos se apresentarem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de seu prazo total de validade ainda vigente**, não sendo aceitos produtos cujo prazo de validade remanescente seja inferior a esse percentual no momento da entrega.

**6. OS GESTÃO DA CONTRATAÇÃO** (art. 6 inciso XXIII alínea f)

- 6.1. O instrumento contratação deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**7. DA FISCALIZAÇÃO**

- 7.1. A CONTRATANTE, através de seus fiscais designados, efetuará a gestão e a fiscalização da contratação assegurando o fiel cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA.
- 7.2. A fiscalização será realizada pelo Técnico Fiscal e pelo Fiscal Administrativo do Contrato, que deverá observar e atuar de acordo com as diretrizes previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações pertinentes.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED**

**O Fiscal Técnico do Contrato será responsável por:**

- 7.3. Acompanhar a entrega e a adequação do objeto às especificações técnicas definidas no objeto;
- 7.4. Verificar a qualidade e o desempenho dos materiais fornecidos;
- 7.5. Registrar no histórico de gestão do objeto todas as ocorrências técnicas relevantes;
- 7.6. Emitir notificações para a correção de eventuais falhas ou defeitos dos equipamentos;
- 7.7. Informar o gestor do objeto sobre quaisquer situações que requeiram decisões urgentes ou medidas além de sua competência;
- 7.8. Em caso de ausência ou impedimento do Técnico Fiscal do objeto, suas funções serão assumidas por um substituto previamente designado pela CONTRATANTE, garantindo a continuidade das atividades sem interrupções.

**O Fiscal Administrativo do Contrato deverá:**

- 7.9. Garantir a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA;
- 7.10. Acompanhar os processos de compromissos e pagamento, incluindo a verificação das garantias contratuais e aplicação de glosas, quando cabível;
- 7.11. Agir de forma tempestiva diante de inadimplências contratuais, comunicando-se com o gestor do objeto para a tomada de ações cabíveis;
- 7.12. Na eventualidade do Fiscal Administrativo do objeto não estar disponível, um substituto devidamente atualizado será responsável por assumir temporariamente as responsabilidades, observando os procedimentos estabelecidos para não comprometer a administração do objeto.

**O Gestor do Contrato deverá**

- 7.14. Atualizar constantemente o processo de acompanhamento do objeto;
- 7.15. Elaborar relatórios de risco, monitorando e anotando quaisquer problemas que possam interferir no fluxo normal da execução do objeto;
- 7.16. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do objeto e a comunicar à autoridade competente sobre qualquer ocorrência que exceda a sua alçada;
- 7.17. Entregar relatórios de avaliação de desempenho da CONTRATADA, considerando os indicadores objetivamente definidos;
- 7.18. O Gestor do objeto terá um suplente indicado que assumirá as funções em casos de necessidade, mantendo o rigor e a efetividade da gestão e fiscalização contratual.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED**

7.19. Conduzir processos administrativos de responsabilização e aplicação de avaliações quando necessário.

7.20. Ao término da execução contratual, o gestor do objeto deve elaborar um relatório final, destacando a consecução dos objetivos que motivaram a contratação e indicar medidas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**8. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

8.1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste instrumento.

8.2. Solicitar formalmente à CONTRATADA o fornecimento dos itens, mediante Ordem de Faturamento emitida pela CONTRATANTE, vinculada à respectiva nota de empenho.

8.3. Efetuar o recebimento provisório dos itens entregues, no ato da entrega dos mesmos, acompanhados da Nota Fiscal, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório dos itens.

8.4. O recebimento provisório não implica aceitação.

8.5. Efetuar o recebimento definitivo dos itens entregues, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens nos termos deste instrumento, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo.

8.6. Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pelo Fiscal, os produtos entregues em que se tenha verificado desacordo com especificações estabelecidas neste instrumento ou vícios de qualidade ou impropriedades para o uso.

8.7. O Termo de Recusa deverá explicitar a razão da recusa dos itens, indicando ainda o prazo de substituição e as penalidades cabíveis pelo não cumprimento da obrigação.

8.8. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Contratada relativos à execução do objeto deste instrumento;

8.9. Analisar e decidir acerca das solicitações efetuadas pela Contratada relativas à execução do objeto deste instrumento;

8.10. Qualquer notificação emitida pela CONTRATANTE deverá ser formalizada por escrito, estipular prazo para o cumprimento da obrigação e indicar as penalidades cabíveis em caso de descumprimento;

8.11. Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

8.12. Realizar rigorosa conferência das características dos itens entregues, pela Contratada através de Comissão de Recebimento designada, somente atestando os documentos da despesa





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED**

quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem;

8.13. Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integre o instrumento contratual;

8.14. Efetuar as devidas publicações na forma da lei;

8.15. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste termo e no Instrumento Convocatório.

**9. DEVERES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

9.1. Executar o objeto na qualidade e forma exigidas no presente termo, cumprindo os prazos e condições estabelecidas.

9.2. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital de licitação, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto tais como frete, impostos e demais taxas referentes à entrega do material devendo estes ser inclusos no valor da proposta e, ainda:

9.3. Manter, durante a vigência do contratante, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no procedimento licitatório.

9.4. Entregar o objeto de acordo com as especificações constantes na proposta de preços, no local e prazo indicados neste termo.

9.5. Fazer acompanhar, quando da entrega do objeto, a respectiva nota fiscal, na qual deve haver referência ao processo e a respectiva nota de empenho da despesa, na qual deverá constar o objeto da presente contratação com seus valores correspondentes.

9.6. Reparar, corrigir, remover, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções.

9.7. Entregar os itens com componentes e acessórios contidos no manual do proprietário.

9.8. Atender prontamente as solicitações da CONTRATANTE acerca do fornecimento dos bens e prestar os esclarecimentos que forem necessários de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações.

9.9. Durante todo o prazo de validade do produto, o **CONTRATADO** deverá assegurar a **qualidade, a conformidade sanitária e o atendimento integral às especificações técnicas** do chocolate em pó com, no mínimo, 50% de teor de cacau, responsabilizando-se pela **substituição imediata** de quaisquer itens que apresentem vícios, defeitos, deterioração, desconformidade





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED**

com as exigências contratuais ou irregularidades identificadas no recebimento ou durante o armazenamento, **sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE.**

9.10. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da vencedora da licitação ou de quem em seu nome agir.

9.11. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento, inclusive fretes e tributos e quaisquer outras que forem devidas.

9.12. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes na entrega dos produtos, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resultem as destruições ou danificações dos bens, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do “Termo de Recebimento Definitivo dos Bens” e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros.

9.13. Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos bens, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário;

9.14. Comunicar CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário.

**10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

10.1. Os direitos, deveres e sanções decorrentes desta contratação serão regidos pelas disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, especialmente no Capítulo I – Das Infrações e Sanções Administrativas (arts. 155 a 163), bem como por normas complementares e pelas cláusulas abaixo, com foco na responsabilização por falhas que possam comprometer a entrega adequada dos materiais contratados.

10.2. Estarão sujeitas à apuração e penalização as seguintes condutas:

- a) Entrega parcial do objeto ou em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência;
- b) Recusa ou atraso injustificado na substituição de equipamentos entregues com defeitos ou em desconformidade com as especificações técnicas, contrariando as obrigações contratuais;
- c) Inexecução total do objeto contratado, caracterizada pela ausência de entrega dos bens pactuados;





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED**

- d) Atraso injustificado na **entrega dos gêneros alimentícios**, em descumprimento aos prazos contratuais estabelecidos;
- e) Apresentação de documentação ou declarações falsas durante a execução do objeto;
- f) f) Prática de atos fraudulentos relacionados à entrega ou à composição dos itens contratados;
- g) g) Conduta inidônea ou desleal, inclusive tentativa de fraudar ou burlar cláusulas contratuais;
- h) h) Prática de atos lesivos à Administração Pública, nos termos da legislação aplicável, inclusive a Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 8.429/1992 e a Lei nº 12.846/2013, quando cabível.

10.3. As seguintes sanções poderão ser aplicadas, observados o contraditório e a ampla defesa:

I – **Advertência**, quando a infração for considerada de menor gravidade, como inexecução parcial sem danos significativos;

II – **Impedimento de licitar e contratar**, em caso de reincidência, atraso injustificado, ou entrega de material incompatível com a especificação que comprometa o uso;

III – **Declaração de inidoneidade**, em situações que envolvam dolo, fraude, falsidade ou dano grave à Administração;

IV – **Multa**, nas seguintes modalidades:

**10.4. Moratória:**

Será aplicada multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 15% (quinze por cento) do valor total dessa parcela. Essa multa tem natureza compensatória pelo descumprimento do prazo de entrega, sendo devida a partir do primeiro dia útil subsequente ao vencimento do prazo contratual, salvo justificativa formal aceita pela Administração.

**10.5. Compensatória:**

Serão aplicadas multas compensatórias nos seguintes casos, conforme a natureza e a gravidade da infração:

10.5.1 Alínea “a” – Inexecução parcial sem prejuízo relevante: multa de 1% a 8% sobre o valor total do objeto;

10.5.2 Alínea “b” – Recusa ou atraso injustificado na substituição de equipamentos com defeito: multa de 5% a 15% sobre o valor total do objeto;





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED**

10.3.3. Alínea “c” – Inexecução total do objeto contratado: multa de 15% a 30% sobre o valor total do instrumento contratual;

10.3.4. Alínea “d” – Atraso injustificado na entrega: multa de 0,5% a 10% sobre o valor da parcela afetada;

10.5.5 Alínea “e” – Apresentação de documentação falsa ou declaração enganosa: multa de 5% a 8% sobre o valor total do objeto;

10.5.6 Alínea “f” – Prática de ato fraudulento na execução do contrato: multa de 10% a 20% sobre o valor total do contrato, além da possibilidade de declaração de inidoneidade, dada a gravidade do ato e o risco à integridade da contratação pública;

10.3.7. Alínea “g” – Conduta inidônea ou fraude de qualquer natureza: multa de 10% a 20% sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.3.8. Alínea “h” – Prática de ato lesivo à Administração Pública, conforme previsto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção): multa de 10% a 20% sobre o valor total do contrato, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, como a declaração de inidoneidade e o encaminhamento à autoridade competente para apuração de responsabilidade civil e penal.

10.6. As sanções acima podem ser aplicadas **cumulativamente com multa**, nos termos do art. 156, §7º da Lei nº 14.133/2021.

10.7. Será assegurado ao contratado o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa, contado da intimação oficial (art. 157 da Lei nº 14.133/2021).

10.8. Caso o valor da multa exceda o montante a receber, a diferença será cobrada judicialmente. O pagamento voluntário poderá ser feito no prazo de até 30 (trinta) dias após a notificação formal.

10.9. A apuração das infrações será feita mediante processo administrativo específico, com respeito ao contraditório e à ampla defesa, observando-se os ritos previstos na Lei nº 14.133/2021.

10.10. Na aplicação das penalidades, serão considerados: a gravidade da infração, as circunstâncias do caso, os danos causados, e eventual existência de programa de integridade implantado pela empresa.

10.11. Caso as infrações também sejam tipificadas como atos lesivos à Administração Pública conforme legislação correlata, o processo poderá ser unificado, nos termos da legislação





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED**

aplicável.

10.12. A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada, com extensão das sanções aos seus administradores, quando houver abuso de direito, fraude ou confusão patrimonial.

10.13. A contratante deverá informar as sanções aplicadas nos cadastros nacionais competentes (CEIS/CNEP), conforme a legislação vigente.

10.14. As penalidades de impedimento e inidoneidade poderão ser objeto de reabilitação, conforme previsto em lei.

10.15. Multas e indenizações devidas poderão ser compensadas com créditos da contratada junto à Administração, conforme regulamentação vigente.

**11. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO** (art. 6 inciso XXIII alínea g)

**Recebimento do Objeto**

11.1. **Recebimento Provisório:** Os materiais serão inicialmente recebidos de forma provisória, no ato da data de entrega, acompanhados de nota fiscal ou documento equivalente. O responsável pela fiscalização da aquisição verificará a conformidade com as especificações do Termo de Referência e da proposta.

11.2. **Rejeição de Bens:** Os itens em desacordo com as especificações poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, antes mesmo do recebimento.

11.3. **Recebimento Definitivo:** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante verificação da conformidade dos materiais entregues, em relação às especificações técnicas e demais condições contratuais, não sendo constatadas irregularidades ou pendências.

11.4. **Solução de Inconsistências:** O período para resolução de inconsistências identificada pela Contratante não conta para o prazo de recebimento definitivo.

11.5. **Verificação da Nota Fiscal:** A nota fiscal deve conter elementos essenciais, regulamentos e padrões como dados de emissão, dados da aquisição, valor a pagar e retenções tributárias.

11.6. **Correção de Erros na Documentação:** A ocorrência de erros na nota fiscal ou de pendências impeditivas da liquidação suspenderá o processamento do pagamento, cujo prazo será reiniciado a partir da data da regularização pela CONTRATADA.

11.7. **Comprovação da Regularidade Fiscal:** Acompanhar nota fiscal com prova de regularidade fiscal, verificável via SICAF ou outros meios oficiais.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED**

11.8. **Consulta ao SICAF:** Verificar a manutenção das condições de habilitação e a ausência de impedimentos para contratação com o Poder Público.

11.9. **Notificação e Regularização de Irregularidades:** Em caso de irregularidades no SICAF, notificar a CONTRATADA para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez por igual período, apresente regularização ou exerça seu direito à ampla defesa.

11.10. **Comunicação de Inadimplência:** A não regularização resultará na comunicação aos órgãos fiscalizadores e no acionamento de meios para garantir a cobrança de créditos.

11.11. **Medidas em Caso de Persistência de Irregularidade:** Persistindo a irregularidade, procederá com a rescisão contratual, garantindo ampla defesa.

**Liquidação**

11.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 11.12.1. O prazo de validade;
- 11.12.2. A data da emissão;
- 11.12.3. Os dados da contratação e do órgão contratante;
- 11.12.4. O período respectivo de execução dos serviços;
- 11.12.5. O valor a pagar;
- 11.12.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

11.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 11.15.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 11.15.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED**

ocorrências impeditivas indiretas.

11.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente.

**Prazo De Pagamento**

11.20. O pagamento deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, nos termos do Decreto Municipal nº 13.509/2023 de 15 de março de 2023.

**Forma De Pagamento**

11.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicadas pela contratada.

11.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.25. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED**

apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**Antecipação do pagamento**

11.26. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de serviços, conforme Art. 45 do decreto municipal nº 13.509/2023 de 15 de março de 2023.

**12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6 inciso XXXIII alínea h)**

**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

12.1. A presente contratação poderá ser realizada por **dispensa de licitação**, nos termos do **art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, tendo em vista que o valor estimado da aquisição de **chocolate em pó com, no mínimo, 50% de teor de cacau**, destinado à alimentação dos alunos da rede municipal de ensino, **não ultrapassa o limite legal estabelecido para compras e serviços comuns**.

12.2. O objeto da contratação caracteriza-se como **bem comum**, amplamente disponível no mercado nacional, com especificações padronizadas, não havendo complexidade técnica ou necessidade de solução personalizada. O levantamento de mercado demonstrou a existência de diversos fornecedores aptos a atender às exigências técnicas e sanitárias estabelecidas, garantindo a possibilidade de obtenção de proposta vantajosa para a Administração.

12.3. A adoção da dispensa de licitação mostra-se **mais eficiente e econômica**, considerando a necessidade de garantir a regularidade da alimentação escolar no âmbito do **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**, evitando atrasos que possam comprometer o planejamento e a execução dos cardápios escolares. Ressalta-se que a contratação direta não afasta a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa.

12.4. Foram observadas as exigências legais quanto à **justificativa de preço**, mediante pesquisa de mercado locais, bem como à **verificação da regularidade fiscal e jurídica do fornecedor**, assegurando a transparência e a segurança jurídica do procedimento.

12.5. Dessa forma, restam atendidos os pressupostos legais para a dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, sendo a realização de **dispensa eletrônica** a solução mais adequada.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED**

**Exigências de habilitação fiscal, social e trabalhista.**

**Habilitação jurídica**

**12.6. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**12.7. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**12.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

**12.9. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**12.10. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

**12.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**12.12. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**12.13.** Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso);

**12.14.** Registro Comercial, no caso de empresa individual.

**12.15.** Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

**12.16.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED**

consolidação respectiva.

**Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista.**

12.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora Geral da Fazenda Nacional.

12.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais e Municipais ou Distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

12.24. **Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial** – (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa) dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresse na própria Certidão.

12.25. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED**

inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

**13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA AQUISIÇÃO** (art. 6 inciso XXIII alínea i)

13.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 25.790,00** (vinte e cinco mil setecentos e noventa reais), conforme custos unitários apostos na tabela no item 1 deste termo de referência.

**14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** (art. 6 inciso XXIII alínea j)

14.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Buritis.

14.2. A aquisição será atendida pela seguinte dotação:

14.3. Órgão: Prefeitura Municipal de Buritis-RO, conforme abaixo:

**02.07.01** - Secretaria Municipal de Educação

**12 365 1002 2021 0000**– Manutenção das Atividades da Secretaria Mun. de Educação 25%

**3.3.90.30.00** - Material de Consumo

**Ficha: 167**

**12 361 1002 2021 0000**–Apoio as Atividades Administrativas das Educação Básica-FUNDEB 30%

**3.3.90.30.00** - Material de Consumo

**Ficha: 196**

**15. DA FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

15.1. As condições e regras do contrato, assim como as obrigações da contratante e contratada cessão e/ou transferência encontram-se pormenorizada em tópicos específicos da Minuta de Contrato.

15.2. Para assinatura do respectivo Contrato, a empresa terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis após a convocação

**16. DA TRANSFERÊNCIA DE OBRIGAÇÕES**

16.1. É vedada a cessão ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes por qualquer das partes, sem prévia e expressa autorização da outra.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED**

**17. DO FORO**

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Buritis, estado de Rondônia para solucionar as questões atinentes a licitação ou a atos dela decorrentes, não prevalecendo qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

**18. APÊNDICES**

18.1. Estudo Técnico Preliminar (21º - 3.86F.C43)

18.2. Matriz de Gerenciamento de Riscos (20º - 3.86F.AD1)

**19. INFORMAÇÕES GERAIS**

19.1. Mais informações poderão ser adquiridas pelo telefone (69) 99991-2637, no e-mail: cpl@buritis.ro.gov.br, e/ou na sala da Superintendência Municipal de Licitação, situada na sede da Prefeitura Municipal na Rua São Lucas nº 2476, setor 06, Buritis-RO, de segunda à sexta-feira das 07h30 às 13h30.

19.2. Os licitantes devem submeter-se integralmente as exigências deste Termo de Referência

**20. RESPONSÁVEIS**

20.1. Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Buritis – RO, 26 de janeiro de 2026.

**Atualizado por:**

*(Assinatura eletrônica)*

**Douglas Lopes da Silveira**

*Gerente de Gestão Administrativa e Orçamentária - SEMED.*

*Portaria Nº 313/GAB PMB/2025*





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED**

**Autorizado por:**

(Assinatura Eletrônica)

**Delian de Sousa Ferreira**

Secretária Municipal de Educação-SEMED

*Dec.16.032/GP/PMB/2025.*





PREFEITURA DE BURITIS - RO  
RUA SÃO LUCAS, 2.476 - SETOR 06, BURITIS / RO - 76.880-000  
CNPJ: 01.266.058/0001-44

#### Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **DELIAN DE SOUSA FERREIRA - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO**, CPF: 043.06\*. \*\*4-\*0 em 26/01/2026 10:29:44, Cód. Autenticidade da Assinatura: 10A6.3R29.3446.380R.4787, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **DOUGLAS LOPES DA SILVEIRA**, CPF: 021.58\*. \*\*2-\*8 em 26/01/2026 10:23:14, Cód. Autenticidade da Assinatura: 10A5.4H23.814X.W528.3454, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



#### Informações do Documento

ID do Documento: **3.8A5.F89** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA.**

Elaborado por **DOUGLAS LOPES DA SILVEIRA**, CPF: 021.58\*. \*\*2-\*8, em 26/01/2026 - 10:23:14

Código de Autenticidade deste Documento: 1028.2E23.114R.X272.7230

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.buritis.ro.gov.br/verdocumento>





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

HISTÓRICO DE REVISÕES			
Data	Versão	Descrição	Autor
18/12/2025	1.0	Elaboração do documento	Douglas Lopes da Silveira

## INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação. A fase da elaboração do ETP é considerada a primeira etapa do planejamento de uma contratação e cujo objetivo é assegurar a viabilidade técnica da contratação e embasar a elaboração do Termo de conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

### 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

**Número do processo:** 3464/2025 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SEMED

**Categoria do Objeto:** Aquisição de chocolate em pó com, no mínimo, 50% de cacau, destinado ao atendimento do Programa de Alimentação Escolar.

### 2. ÁREA REQUISITANTE:

Departamento de Alimentação Escolar

**Responsável:** Elizabeth Terumi Ochiai

### DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP

3.1. Lei Federal nº 14.133/2021, e o Decreto 13.509 de 15 de março de 2023 do município de Buritis/RO, bem como normas técnicas específicas aplicáveis aos itens a serem adquiridos, como as Portarias do INMETRO que tratam da avaliação de conformidade e etiquetagem de eficiência energética. Normas de segurança da ABNT NBR NM 300-1/2/3 e Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

3.2. Em relação a contratações anteriores, não há registros de inconsistências relevantes que impactem a nova contratação. Ainda assim, a análise comparativa permite reforçar a necessidade de manter especificações claras, critérios de qualidade e atenção ao cumprimento dos prazos de entrega, a fim de prevenir eventuais falhas que possam comprometer a execução contratual.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

3.3. Quanto à classificação dos Estudos Técnicos Preliminares, deve-se observar a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Considerando que não há informações sigilosas ou sensíveis no presente estudo, recomenda-se a publicidade integral do ETP, garantindo a transparência administrativa e o amplo acesso às informações pela sociedade.

**4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 18 § 1º inciso I)**

4.1. **A Futura e Eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios (Não Perecíveis)**, é essencial para garantir o fornecimento contínuo de refeições adequadas e nutritivas para a população atendida pelo município. Esta contratação visa assegurar que escolas públicas, unidades de saúde, e programas de assistência social etc. que recebam alimentos de qualidade, contribuindo para a saúde e o bem-estar dos beneficiários e a eficiência dos serviços prestados. Sem um fornecimento estável e adequado, as instituições podem enfrentar dificuldades em atender a demanda e manter os padrões de saúde e nutrição necessários para o bem-estar da população atendida.

4.2. Realizar o processo de aquisição em conformidade com a Lei 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos, garantindo transparência, igualdade de condições e legalidade. Segurança Alimentar, cumprir com todas as normas e regulamentações relacionadas à segurança e à qualidade dos alimentos.

**5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 18 § 1º inciso III)**

**Requisitos Gerais para Materiais e Equipamentos**

5.1. Condições de Participação:

5.2. Todas as empresas pertencentes ao ramo de atividade relevante, que atendam às especificações detalhadas no Termo de Referência e que estejam devidamente qualificadas, poderão participar deste certame. A qualificação inclui a comprovação de regularidade fiscal de acordo com a legislação aplicável, abrangendo, mas não limitando-se a certidões negativas de débitos tributários federais, estaduais e municipais, assim como certidões de regularidade com o FGTS.

5.3. **Regularidade Fiscal:** O prestador de serviços deve estar regular com a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, FGTS e certidão negativa trabalhista

5.4. **Pessoa Jurídica:** Se a contratação for realizada com uma empresa, a empresa deve estar devidamente registrada, com CNPJ ativo e regularidade em todas as esferas fiscais.

5.5. Arcar com todos os tributos e contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como eventual custo adicional de frete na entrega, transporte e descarregamento;





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

5.6. Trocar e substituir, sem custos adicionais e após comunicação, todo e qualquer produto que se revelar defeituoso ou em desacordo com o termo de referência, estiver com prazo de validade vencido durante a entrega dos mesmos;

5.7. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital, a remessa do produto apresentado será devolvida à detentora para substituição no prazo máximo de 10 (dez) dias, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

5.8. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues seguindo as normas higiênico-sanitárias relacionadas a alimentos, em embalagens íntegras, contendo impressão do nome do fabricante, informações sobre a data de fabricação, validade e lote no rótulo, sendo transportado sem condições adequadas para os mesmos;

**Critérios de Sustentabilidade**

5.9. Devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.10. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas vigentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);

5.11. Que sejam observados os requisitos ambientais do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares, quando for relacionado ao objeto.

5.12. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

5.13. Os bens não deverão conter substâncias perigosas em concentrações superiores às recomendadas pela Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), especialmente mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr VI), cádmio (Cd), bifenilos polibromados (PBBs) e éteres difenil polibromados (PBDEs).

**6. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

6.1. Verificou-se a existência de diversos fornecedores no mercado aptos a fornecer chocolate em pó com as especificações exigidas, sendo o produto amplamente comercializado em âmbito nacional, o que demonstra a viabilidade técnica da contratação e a possibilidade de competição entre fornecedores.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

7.4. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base no planejamento anual da alimentação escolar, considerando o quantitativo de alunos regularmente matriculados na rede pública de ensino, a frequência de oferta do chocolate em pó no cardápio escolar, o consumo médio per capita e o período de vigência da contratação.

7.5. Para a definição das quantidades, foram observadas as diretrizes nutricionais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), bem como a capacidade de armazenamento das unidades escolares e a necessidade de garantir o abastecimento contínuo, evitando-se tanto a falta quanto o excesso de produtos, que possam ocasionar desperdícios ou prejuízos à qualidade do gênero alimentício.

7.6. Ressalta-se que as quantidades estimadas possuem caráter referencial, podendo sofrer ajustes ao longo da execução contratual, em razão de variações no número de alunos atendidos, alterações no cardápio, calendário letivo ou outras situações supervenientes devidamente justificadas, desde que respeitados os limites legais e contratuais.

8.1. As quantidades estimadas para contratação são as seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	UND	QUANT	VALOR POR TEM R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	<b>CHOCOLATE EM PÓ 50% CACAU.</b> Chocolate em pó, com o mínimo de 50% de cacau, embalagem contendo 1kg. <b>Composto apenas por cacau em pó e açúcar.</b>	463547 (Genérico)	PCT	500	R\$55,00	R\$27.500,00

**9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O valor total estimado da contratação é de **R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais)**, conforme levantamento prévio de preços realizado junto ao mercado e devidamente demonstrado em pesquisa de preços anexada a este Estudo Técnico Preliminar, em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

10.1. Considerando a natureza do objeto, consistente na aquisição de gênero alimentício de consumo contínuo no âmbito do Programa de Alimentação Escolar, mostra-se **tecnicamente recomendável o parcelamento da contratação**, com entregas programadas ao longo da vigência contratual.

10.2. O parcelamento da solução permite melhor gestão dos estoques, preservação da qualidade do produto, redução do risco de perdas por vencimento do prazo de validade, bem como maior adequação à capacidade de armazenamento das unidades escolares. Ademais, tal medida favorece a economicidade, a eficiência administrativa e a continuidade do serviço público, princípios que regem as contratações públicas.

10.3. Ressalta-se que o parcelamento não compromete a competitividade do certame, tampouco a padronização do objeto, uma vez que o fornecimento poderá ser realizado por um único fornecedor, conforme condições estabelecidas no instrumento convocatório, observadas as disposições do art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

**11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

11.1. Não há contratação correlata e interdependente.

**12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

12.1. A contratação consta no Plano de Contratações Anual 2025 de acordo com o 3º - 3.780.208.

**13. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO**

13.1. A contratação de gêneros alimentícios não perecíveis para atender a diferentes segmentos da população traz diversos benefícios, tanto para os serviços prestados quanto para a gestão pública. Aqui estão os principais benefícios a serem alcançados:

13.2. **Abastecimento Constante:** A contratação garante que as instituições (escolas, unidades de saúde, programas sociais) tenham um fornecimento contínuo e estável de alimentos, evitando interrupções no serviço.

13.3. **Planejamento a Longo Prazo:** Permite um planejamento mais eficiente para as refeições, ajustando-se às necessidades sazonais e eventuais aumentos na demanda.

13.4. **Atendimento às Necessidades Nutricionais:** Assegura que os alimentos adquiridos atendam às necessidades nutricionais específicas dos beneficiários, contribuindo para a saúde e o bem-estar da população atendida.

13.5. **Escolha de Produtos de Qualidade:** Através de processos de licitação e controle de qualidade, é possível selecionar produtos que cumpram com os padrões nutricionais e de segurança alimentar.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.6. **Conformidade com a Lei:** A contratação realizada de acordo com a Lei 14.133/2021 garante a transparência e a legalidade do processo, reduzindo riscos de corrupção e práticas inadequadas.

13.7. **Adoção de práticas sustentáveis** (embalagens recicláveis/biodegradáveis e materiais de origem sustentável).

13.8. **Publicidade dos Atos:** A realização de licitações públicas permite que o processo seja auditado e que todas as partes interessadas tenham acesso às informações.

13.9. **Inspecção e Fiscalização:** Assegura que os alimentos fornecidos sejam de alta qualidade e que atendam aos padrões de segurança alimentar, minimizando riscos de contaminação e problemas de saúde.

13.10. **Certificação e Conformidade:** Possibilita a seleção de fornecedores que cumpram com as regulamentações e certificações necessárias para garantir a segurança dos produtos.

13.11. **Ajustes de Demanda:** Permite ajustes rápidos na quantidade e no tipo de alimentos fornecidos, adaptando-se às mudanças nas necessidades da população ou a eventuais emergências.

13.12. Fortalecimento de políticas educacionais inclusivas e de responsabilidade social.

13.13. **Resposta a Crises:** Facilita a resposta a situações de emergência, como desastres naturais ou crises alimentares, garantindo a disponibilidade de alimentos essenciais.

13.14. **Apoio à Educação:** Em escolas, contribui para a melhoria da concentração e desempenho dos alunos, ao garantir refeições saudáveis e balanceadas.

13.15. **Redução de Sobrecarga Administrativa:** A contratação e a gestão centralizada de gêneros alimentícios não perecíveis podem reduzir a sobrecarga administrativa e operacional das instituições responsáveis pela distribuição e preparo dos alimentos.

13.16. **Processos Otimizados:** A contratação pode levar à implementação de processos mais eficientes e padronizados, melhorando a operação das unidades que fornecem alimentos.

13.17. **Benefícios para a Saúde:** Fornece refeições adequadas e nutritivas para grupos vulneráveis, como crianças, idosos e pacientes, contribuindo para uma melhor qualidade de vida e saúde.

Estímulo à competitividade e participação de fornecedores nacionais.

Em resumo, uma contratação bem planejada e executada não só assegura a continuidade e a qualidade dos serviços alimentares, mas também promove eficiência na gestão dos recursos, transparência, e benefícios sociais e econômicos para a comunidade atendida.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### 14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS E PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

14.1. Resumidamente, a providência a ser tomada é a contratação de empresa especializada apta a realizar a entrega dos materiais com qualidade, eficiência e eficácia. Para tal, será realizado a gestão de riscos, a elaboração do Termo de Referência (TR) para nortear a licitação, a elaboração do edital, o processamento da licitação e, em seguida, a contratação da empresa vencedora.

#### 15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A aquisição e o fornecimento de gêneros alimentícios não perecíveis podem ter vários impactos ambientais que precisam ser considerados e gerenciados. Aqui estão os possíveis impactos ambientais e estratégias para mitigá-los:

15.1. **Emissões de Gases de Efeito Estufa:** A produção e o transporte de alimentos não perecíveis podem resultar em emissões de gases de efeito estufa, contribuindo para as mudanças climáticas.

15.2. **Consumo de Recursos Naturais:** A produção de alimentos pode exigir grandes quantidades de água, solo e energia, impactando os recursos naturais.

15.3. **Poluição do Ar e da Água:** O uso de fertilizantes e pesticidas na agricultura pode causar poluição do solo, da água e do ar.

15.4. **Resíduos de Embalagem:** A embalagem de alimentos não perecíveis pode gerar grandes quantidades de resíduos principalmente plásticos e metais, que precisam ser reciclados ou descartados corretamente.

15.5. **Armazenamento de Produtos:** O armazenamento inadequado pode levar a perdas e desperdícios, aumentando a necessidade de descarte de alimentos não utilizados.

15.6. **Resíduos Alimentares:** Alimentos que não são utilizados ou que têm vencimento próximo podem gerar resíduos alimentares, que, se não forem geridos adequadamente, podem contribuir para a emissão de gases de efeito estufa e outros problemas ambientais.

15.7. **Contaminação do Solo e da Água:** O descarte inadequado de alimentos pode causar contaminação do solo e da água, impactando ecossistemas locais.

15.8. **Uso de Produtos Químicos:** O uso de produtos químicos na produção de alimentos pode afetar a biodiversidade local, prejudicando espécies de flora e fauna.

15.9. **Desmatamento e Perda de Habitat:** A expansão agrícola para atender à demanda por alimentos não perecíveis pode levar ao desmatamento e à perda de habitat para a vida selvagem.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**15.10. Estratégias para Mitigação dos Impactos Ambientais.**

**15.11. Certificações Ambientais:** Priorizar fornecedores que possuem certificações ambientais, como ISO 14001, que indicam práticas sustentáveis na produção e transporte.

**15.12. Produtores Locais:** Sempre que possível, escolher fornecedores locais para reduzir as emissões associadas ao transporte e apoiar práticas agrícolas sustentáveis na região.

**15.13. Embalagens Sustentáveis:** Optar por produtos com embalagens recicláveis, biodegradáveis ou com menor impacto ambiental.

**15.14. Reciclagem e Reuso:** Implementar programas de reciclagem e reuso de embalagens para minimizar a geração de resíduos.

**15.15. As embalagens dos produtos:** adquiridos devem estar em conformidade ao art. 5º da Instrução Normativa Nº 01 de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

**15.16. Armazenamento Eficiente:** Utilizar tecnologias e práticas eficientes para o armazenamento de alimentos, reduzindo o consumo de energia e minimizando desperdícios.

**15.17. Transporte Eficiente:** Optar por transportes que utilizem combustíveis mais limpos ou tecnologias de eficiência energética para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

**15.18. Compostagem:** Implementar programas de compostagem para resíduos alimentares, transformando-os em adubo para a agricultura e reduzindo a quantidade de resíduos enviados para aterros.

**15.19. Distribuição de Excedentes:** Estabelecer parcerias com organizações que podem redistribuir alimentos excedentes para instituições de caridade e reduzir o desperdício.

**15.20. Agricultura de Baixo Impacto:** Incentivar a compra de alimentos produzidos com práticas agrícolas sustentáveis, que minimizam o uso de químicos e protegem os recursos naturais.

**15.21. Certificações Orgânicas:** Preferir produtos com certificações orgânicas que indicam práticas de cultivo que protegem a biodiversidade e o solo.

**15.22. Treinamento e Sensibilização:** Oferecer treinamento para funcionários e fornecedores sobre práticas sustentáveis e gestão ambiental.

**15.23. Campanhas de Conscientização:** Promover campanhas para aumentar a conscientização sobre a importância da sustentabilidade na aquisição e gestão de alimentos.

**15.24. Avaliação de Impacto:** Realizar avaliações regulares dos impactos ambientais associados à aquisição e ao fornecimento de alimentos, e implementar melhorias contínuas.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

15.25. **Relatórios Ambientais:** Elaborar relatórios sobre as práticas ambientais adotadas e os resultados alcançados para garantir a transparência e a responsabilidade.

15.26.

Implementar essas estratégias pode ajudar a minimizar os impactos ambientais associados à aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis e promover práticas mais sustentáveis e responsáveis na gestão de recursos públicos.

**16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

16.1. Os estudos preliminares evidenciam que a solução ora descrita, neste, mostra-se tecnicamente VIÁVEL, possível e fundamentadamente necessária.

**Justificativa da Viabilidade:**

16.2. Declaramos a viabilidade da contratação, conforme estudo apresentado neste documento, que demonstra os benefícios a serem alcançados em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade para a administração pública da Prefeitura Municipal de Buritis - RO.

**17. RESPONSABILIDADES**

17.1. Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Buritis-RO, 18 de setembro de 2025.

**Douglas Lopes da Silveira**

Gerente de Gestão Administrativa e Orçamentária - SEMECE.

*Portaria Nº 313/GAB PMB/2025*

*(Assinatura Eletrônica)*

**Elizabeth Terumi Ochiai**

Coord. Do Prog. De Alimentação Escolar

*(Assinatura Eletrônica)*

**Delian de Sousa Ferreira**

Secretária Municipal de Educação-SEMED

*Dec.16.032/GP/PMB/2025.*





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Anexos do Estudo Técnico Preliminar  
Pesquisa de Preços

**LISTAGEM PARA COTAÇÃO**

Fornecedor: Comercial Mini Preço Telefone: \_\_\_\_\_

Endereço: Av. Porto Velho CNPJ 36.172.448/0001-30 Inscrição Estadual: \_\_\_\_\_

Descrição: Aquisição de chocolate em pó com, no mínimo, 50% de cacau, destinado ao atendimento do Programa de Alimentação Escolar.  
Centro de Custo: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Unidade	pct	Valor (R\$)	Unitário (R\$)	Valor (R\$)	Total
01	CHOCOLATE EM PÓ 50% CACAU. Chocolate em pó, com o mínimo de 50% de cacau, embalagem contendo 1kg. Composto apenas por cacau em pó e açúcar.	500		55,00		27.500,00	

DATA DA PESQUISA: \_\_/\_\_/\_\_ VALOR TOTAL: 27.500,00

OBS: DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA  
Certificado de regularidade FGTS  
Certificado de regularidade INSS  
Contrato social e suas alterações ou contrato consolidado  
Prova de regularidade com a Fazenda Municipal

VALIDADE DA COTAÇÃO: 60 DIAS

CARIMBO DO CNPJ: **36.172.448/0001-30**  
RODRIGUES & TORRES COM  
VAREJ DE GEN ALIM LTDA  
Av. Porto Velho, 2435, Setor 04  
CEP: 76.880-000 - Buritis/RO

Ass. Do Representante da Empresa





PREFEITURA DE BURITIS - RO  
RUA SÃO LUCAS, 2.476 - SETOR 06, BURITIS / RO - 76.880-000  
CNPJ: 01.266.058/0001-44

#### Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **ELIZABETH TERUMI OCHIAI**, CPF: 512.71\*. \*\*2-\*6 em **18/12/2025 14:08:07**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **14W0.7E08.507R.K43A.5544**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **DELIAN DE SOUSA FERREIRA - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO**, CPF: 043.06\*. \*\*4-\*0 em **18/12/2025 13:58:59**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1325.3U58.0588.K73Z.5558**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **DOUGLAS LOPES DA SILVEIRA**, CPF: 021.58\*. \*\*2-\*8 em **18/12/2025 13:46:25**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1322.0446.2252.E56K.1133**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



#### Informações do Documento

ID do Documento: **3.793.22A** - Tipo de Documento: **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)**.

Elaborado por **DOUGLAS LOPES DA SILVEIRA**, CPF: 021.58\*. \*\*2-\*8, em **18/12/2025 - 13:46:25**

Código de Autenticidade deste Documento: 13R2.1746.525W.604A.3671

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.buritis.ro.gov.br/verdocumento>





THIAGO ALVES DE SOUSA -  
SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÕES E

#### Assinaturas do Documento

CONTRATAÇÕES



Documento Assinado Eletronicamente por **THIAGO ALVES DE SOUSA - SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES**, CPF: 010.76\*.\*\*2-\*9 em 02/02/2026 10:05:07, Cód. Autenticidade da Assinatura: 10V8.6205.807W.671H.3507, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **JAYNE DA SILVA BARBOSA BELTRÃO - ASSESSOR EXECUTIVO DA SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES**, CPF: 058.71\*.\*\*2-\*6 em 02/02/2026 10:04:47, Cód. Autenticidade da Assinatura: 10K6.1204.8476.U48R.6166, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



#### Informações do Documento

ID do Documento: **3.904.DA3** - Tipo de Documento: **AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA**.

Elaborado por **JAYNE DA SILVA BARBOSA BELTRÃO**, CPF: 058.71\*.\*\*2-\*6, em 02/02/2026 - 10:04:47

Código de Autenticidade deste Documento: 10U6.4U04.747K.981K.3870

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.buritis.ro.gov.br/verdocumento>

